

C O M U N I C A D O

O Encontro Nacional das Delegações da CDPM (Lisboa, Porto, Coimbra e Braga) e do Grupo de Solidariedade de Lourosa, realizado para análise dos recentes acontecimentos relacionados com o problema de Timor-Leste, decidiu:

1.

Congratular-se com o crescente movimento de opinião pública, nacional e internacional, que nos últimos meses se tem vindo a manifestar contra a ocupação e violação de direitos humanos praticados pelas forças indonésias e a apoiar a resistência e luta do povo maubere.

2.

Congratular-se pela posição pública do Governo, expressa através do MNE, em 7.9.84, que reconheceu que "só uma solução para o problema de Timor-Leste que respeite a personalidade cultural e a autodeterminação política do povo timorense poderá constituir um real factor de estabilidade para aquela região do mundo", reafirmando as orientações contidas no documento conjunto de PR e do Governo de 19.7.84.

3.

Estranhar que, apesar destas afirmações públicas, continue a verificar-se uma grande inércia e inoperância da diplomacia portuguesa relativamente a este assunto, manifestada, nomeadamente por:

a) Ausência dos embaixadores aquando dos debates na Subcomissão de luta contra as medidas discriminatórias e a protecção das minorias, da ONU (Genebra), e no Comité dos 24 - Comissão de Descolonização da ONU (Nova Iorque) - Agosto de 1984 - tendo delegado a representação do Estado em tão importantes reuniões em funcionários subalternos do MNE.

b) Fragilidade da posição portuguesa, por falta de instruções e informações adequadas aos seus representantes nos organismos onde o assunto tem sido tratado, e de que a não divulgação do comunicado conjunto PR/Governo nas reuniões de Genebra e Nova Iorque é apenas um exemplo.

c) Posição derrotista e desmobilizadora das representações portuguesas, que não está de acordo com as reais possibilidades de intervenção, como se demonstrou na reunião de Genebra de Agosto, onde uma firme e decidida acção das Organizações Não Governamentais permitiu a adopção de uma Resolução com votação mais favorável do que no ano anterior.

d) Desaproveitamento de possibilidades oferecidas a Portugal enquanto potência administrante, de que é exemplo o litígio entre a Indonésia e a Austrália sobre a questão do petróleo na plataforma marítima do mar de Timor.

4.

Alertar a opinião pública para a campanha que tem vindo a ser conduzida por alguns sectores, no sentido de apresentar como solução "realista" e "positiva" a chamada "autonomia no quadro da nação indonésia".

Na opinião da CDPM é uma falsa solução cujos requisitos a própria Indonésia defende e que já se verificam hoje - Timor-Leste tem uma Assembleia Regional própria, existe um orçamento fiscal autónomo, governador timorense, etc. - o que não impede que continue o massacre do povo maubere e a sua resistência armada à ocupação.

5.

Alertar a opinião pública, nacional e internacional, para o carácter de verdadeira genocídio cultural que reveste o programa de "transmigração" (javanização) recentemente anunciado pelo Governo indonésio. Após o aniquilamento físico do povo maubere, segue-se a tentativa de asfixia cultural pela transferência de dezenas de milhares de famílias indonésias de Java para Timor-Leste, à semelhança, aliás, do que tem vindo a ser feito na Papua Ocidental. Realce-se que estes elementos poderão vir a falsear uma futura consulta popular sobre o futuro do território.

6.

Afirmar que qualquer solução não poderia deixar de considerar a vontade do povo maubere e a existência da FRETILIN como movimento de libertação nacional. Impõe-se, pois, o diálogo efectivo do Estado português com a FRETILIN, enquanto parte envolvida no conflito (tal como ficou expresso no comunicado da Presidência e do Governo de 19.7.84) e a participação deste movimento em quaisquer negociações que venham a decorrer sobre o assunto.

7.

Afirmar que o exercício do direito do povo maubere à autodeterminação não poderá realizar-se sob controle indonésio (à semelhança do que se passou na Papua Ocidental, onde foi legitimada a anexação do território por meio de consulta eleitoral viciada, sob a fiscalização meramente "formal" da ONU). Só um acto genuíno, livre e democrático, supervisionado e controlado activamente pelas Nações Unidas e pelas partes envolvidas poderá garantir uma solução justa e duradoura para o conflito.

Lisboa, 9 de Setembro de 1984

Comissão para os Direitos do Povo Maubere

Envio a:

PR

Pres. AR

Pres. Comissão Eventual AR

Comissão Eventual AR

M.^o Lindes Lintasilgo

Partidos < rel. internac.
organizações de juventude

UGT

CGTP

Ars. 25 Abril

Embaixadas/consulados			
	S. Tomé e Príncipe	Yugoslávia	Finlândia
	RFA	URSS	França
	Nigéria	EUA	Islândia
	Guiné Bissau	Austrália	Noruega
	Angola	Líbia	Chipre
	Bulgária	Canadá	Líbia
	China	Bolívia	México
	R. P. D. Coreia	GB	Suécia
	Hungria	Argentina	Costa Rica
	Mozambique	Brasil	Cuba
	Checoslováquia	Espanha	Holanda
	Irlanda	Egipto	Cabo Verde
	Grécia	RDA	Dinamarca